

ATA DA 89ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

1 Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às 18:30 h (dezoito
2 horas e trinta minutos), deu-se o início da 89ª reunião do Conselho Municipal de Gestão
3 e Desenvolvimento Territorial do Município de Itajaí – CMGDT, na sala de reuniões da
4 Secretaria Municipal de Comunicação Social, na Prefeitura de Itajaí, situada na Rua Al-
5 berto Werner nº 100, Vila Operária, neste Município, onde se fizeram presentes os se-
6 guintes conselheiros, representando suas respectivas entidades: o Presidente do
7 CMGDT, Amarildo Madeira e Homero Bruno Malburg – representando a Secretaria Mu-
8 nicipal de Urbanismo (SMU), Daniel Moojen Lemos – Secretaria Municipal de Planeja-
9 mento, Orçamento e Gestão (SEPOG), Salvio de Jesus – Secretaria de Segurança,
10 Francisco Carlos do Nascimento – Fundação de Meio Ambiente de Itajaí (FAMAI), Flávia
11 Cristina Faita Sehn – Associação dos Moradores do km 12, Josemar Siamann – Associ-
12 ação dos Moradores do São João, Erminio Castro – Associação dos Moradores do DNH,
13 Mayra Danieli Dolzan e Maria Inês Freitas dos Santos – Associação de Moradores de
14 Cabeçudas, Márcio Cristiano Dorneles Dias – Associação dos Proprietários da Praia
15 Brava Norte (APROBRAVA), Osmar Altair Adriano - Sindicato dos Auxiliares da Adminis-
16 tração Escolar (SAAE), Eduardo Luís Agostini da Silva – Sindicato da Indústria da Cons-
17 trução Civil dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (SINDUSCON), João Paulo Kowalsky –
18 Associação Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos (AREA), Sabrina Sch-
19 neider – Agenda 21, Patrícia Trentin Colzani, Marcus Polette e Rosemeri Carvalho Ma-
20 renzi – Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). **I – abertura e informes da presidên-**
21 **cia:** O Presidente começou agradecendo a presença de todos os conselheiros e apre-
22 sentou os convidados Camila Langarete, Katiuscia Wilhelm, Angelina Coelho, Adriano
23 Marenzi e Vanessa Souza – Pesquisadores e colaboradores do projeto de criação de
24 Área de Proteção Ambiental – APA e Parque na Orla de Itajaí e o Professor Dalmo Vieira
25 Filho. Rossana Ferrari Scolaro, Lisiane Schneider, Tanise de Góes Maia, Ricardo Rebel-
26 lo da Cunha, Flávio Mussi e Alexandre Balbino atenderam a reunião como ouvintes. Lo-
27 go após, o presidente manifestou a ausência justificada do conselheiro Robson Carlos
28 dos Santos – (AREA). **II – aprovação da pauta:** Devido à importância do tema, a mesa
29 propôs a alteração da pauta para que a Univali apresentasse a proposta da APA da Orla
30 da Praia Brava, parte do acordo judicial da PB Internacional. A alteração da pauta foi
31 submetida ao Conselho e aprovada por unanimidade. **III – apresentação, debate e vo-**
32 **tação da ata da reunião anterior:** Sobre a ata da 87ª Reunião, o presidente apresentou
33 as sugestões de correção enviadas pela conselheira Flávia Sehn e interrogou os demais
34 conselheiros se haviam outras sugestões, não havendo, a votação foi feita e a ata apro-
35 vada por unanimidade. Quanto à ata da 86ª Reunião que não teve quórum, não havendo
36 manifestações em contrário, foi aprovada por unanimidade. **IV – apresentação, debate**
37 **e votação dos assuntos em pauta:** O presidente passou a palavra ao Conselheiro Eng.
38 Francisco Carlos do Nascimento para introduzir o tema. O Conselheiro explicou que o
39 projeto da APA faz parte de um acordo judicial da PB Internacional, comentou também
40 sobre a importância da implantação deste tipo de unidade de conservação. O conselhei-
41 ro mencionou também, que participou de um congresso internacional da natureza onde
42 foi debatido que nossos ecossistemas estão em colapso, sendo assim, enfatizou a im-
43 portância deste trabalho. Para dar sequência ao assunto, o presidente passou a palavra
44 para a professora da UNIVALI, Rosemeri Carvalho Marenzi. A professora agradeceu a
45 oportunidade e iniciou sua fala explicando que o projeto é um estudo produzido por de-
46 zessete colaboradores e quatro bolsistas. O projeto refere-se à criação de Área de Pro-
47 teção Ambiental na Orla de Itajaí – APA e Parque, que diz respeito a uma área com certo
48 grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais
49 importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Durante a
50 apresentação, a professora comentou assuntos como o excesso de automóveis na tem-
51 porada de verão que geram engarrafamento nos principais acessos à praia, pressão de
52 ocupação do solo, segurança pública, mobilizações por parte da população (Contra a
53 verticalização em Cabeçudas e “Não Deixe o Encanto do Morcego Morrer”), lixo produzi-

do nas praias, entre outros. Explicou que o estudo do meio físico nada mais é do que a caracterização das diferentes formas e estruturas que compõem o ambiente, como elas se desenvolvem ou se desenvolveram dentro de um determinado tempo e espaço geográfico. Dentro desse contexto, para que uma área de proteção ambiental seja adequadamente implementada, estas matérias fazem-se primordiais. Para dar início aos estudos, foram colhidos dados provenientes de trabalhos realizados por diferentes autores, que serviram como base para um levantamento mais amplo e que, através deste acervo, foi desenvolvido um conjunto de mapas onde estas informações complementam e norteiam as demais atividades desenvolvidas e os resultados preliminares apresentados. O estudo contempla o meio ambiente físico, Flora, Meio Fauna e Biota de Costão, Ictiofauna e respectivos levantamentos. A professora Rosemeri agradeceu a instituições que participaram da pesquisa e aos colaboradores da criação da Ucs. O presidente agradeceu a apresentação e abriu a palavra para comentários e questionamentos. A Conselheira Sabrina Schneider questionou o porque da utilização do zoneamento e não do Plano Diretor referência para a ocupação urbana. A conselheira Professora Rosemeri Marenzi respondeu que a lei de zoneamento está em vigor e é ela que define os parâmetros urbanísticos para ocupação. O presidente completou sua fala comunicando que por mais que haja problemas, a Lei de Zoneamento é a base para definição das consultas prévias da SMU. Expôs também, que houve um equívoco da justiça em equiparar a Lei de Zoneamento com o Plano Diretor, ambas, leis complementares. O conselheiro Francisco comentou que este é o momento ideal para as discussões devido à revisão do Plano Diretor. O presidente questionou a professora Rosimeri Marenzi, sobre o critério de definição da abrangência da área da APA, sugerindo que ela transpassasse a Rodovia Osvaldo Reis em direção ao Parque da Ressacada. Também justificou que com esta alternativa a conectividade das duas morrarias não ficaria prejudicada. A professora Rosimeri justificou que a morraria da Ressacada está passando por outro processo, que é a implantação do Parque Natural Municipal da Ressacada. E também comentou que a Rodovia Osvaldo Reis fragmenta a paisagem e desconecta a Fauna. Complementando falou que pode ser considerado o entorno do parque como zona de amortecimento do parque para restringir o uso em toda a morraria. A professora lembrou que a lei que criou o parque da Ressacada em 1982, não teve delimitação de área. O conselheiro Márcio Cristiano Dorneles Dias questionou qual a abrangência do trabalho da UNIVALI. A professora explicou que o previsto no contrato é a entrega do memorial descritivo, o subsídio para audiência pública e também a indicação da composição do conselho gestor. O professor Dalmo Vieira Filho ressaltou que o decreto de 1982 que aborda sobre o Parque da Ressacada tinha a ideia de equilibrar a ocupação urbana, ocasião onde foi feito um levantamento delimitando a área. O conselheiro Francisco Carlos do Nascimento mencionou que em relação ao estudo elaborado pela UNIVALI foi usado o critério de avaliação em função da restrição de usos. Osmar Adriano perguntou se não há possibilidade de inclusão do Parque da Ressacada. O conselheiro Francisco Carlos do Nascimento reforçou que o termo de ação judicial já prevê a demarcação da área do Parque da Ressacada. E ressaltou que a proposta do ano de 1982 era inovadora, porém, o material foi perdido. A conselheira Professora Rosimeri Marenzi, alertou que mesmo com o decreto de utilidade pública, não houve o plano de manejo e o conselho deve ficar atento a novas obras na área da APA, inclusive mencionou que seria pertinente o congelamento dos processos de licenciamento e viabilidade da área na fase da criação e elaboração do plano de manejo. O conselheiro Márcio Cristiano Dorneles Dias alertou que deve ter cuidado para não acontecer o que aconteceu com o Parque do Atalaia, onde o processo não teve continuidade. Ainda mostrou preocupação em relação ao congelamento da área, ressaltando que não deve ser estendido por longo prazo. A professora Rosimeri Marenzi explicou que o prazo máximo de congelamento é de sete meses. Finalizando a discussão, o presidente solicitou a disponibilidade da apresentação em meio digital. **V – apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião:** Foi proposta pela mesa a apresenta-

ATA DA 89ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMGDT

107 ção do resultado do estudo da Comissão de análise dos conflitos da lei de zoneamento,
108 tema que ficou pendente. A proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimi-
109 dade. **VI – manifestações gerais:** O presidente abriu a palavra e não havendo outras
110 manifestações dos conselheiros, declarou encerrada a reunião. **VII – encerramento:**
111 Nada mais tendo a relatar, a reunião foi encerrada às 20:00 h (vinte horas), da qual se
112 fez lavrar a presente ata lavrada por mim, Daniel Lemos Moojen, secretário, que vai as-
113 sinada, pelo Presidente do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial,
114 Amarildo Madeira, e pelos demais conselheiros que assim desejarem. **Itajaí/SC,**
115 **01/11/2016.** _____(secretário) _____(Presidente).